

Justiça Ambiental e Ambiente Justo

com Luísa Schmidt



7 de março

Laudato Si. Uma encíclica surpresa para a humanidade e para o planeta

14 de março

Da boa ciência à boa justiça. Problemas de ‘bradar aos céus’ e os caminhos para as soluções

21 de março

Portugal: mudanças, ruturas e transições

28 de março

Da razão e da ação: um futuro para a cidadania ambiental

Em 2014, Naomi Klein publicou um livro sobre a transformação radical que as alterações climáticas trouxeram à ordem mundial e as relutâncias em pensar o mundo e as sociedades a partir das questões ambientais globais. A obra chama-se *Isto Muda Tudo*. Em 2015, surge a encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco. Esta veio de facto mudar tudo. Foi generalizadamente uma surpresa que chegou mesmo a gerar reação de alguns meios católicos menos ‘avisados’. A obra é notável de limpidez, profundidade e coragem. De limpidez, porque não faz concessões às exigências científicas dos assuntos dos dias de hoje. De profundidade, porque aborda um

conjunto complexo de problemas de forma modelar. De coragem, porque situa no centro desse conjunto problemático o tema da justiça.

E em Portugal? Como estamos ambiental e eticamente perante estas questões? Numa época em que em todas as escalas o problema ambiental se faz sentir na nossa vida comum e no seu futuro próximo, Portugal tem algumas tarefas consensuais e urgentes à sua frente. Para isso terá de começar pelo princípio; pelos Princípios e, com eles, saber activar o conhecimento, a comunicação e a participação pública para as mudanças que se avizinham.

Este ciclo de conferências percorre quatro tópicos sobre questões ambientais contemporâneas, que vão do global ao local e do científico ao ético, sob a inspiração da encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco.

Portugal: mudanças, ruturas e transições

Ao longo das suas quatro décadas e meia de existência oficial, a política ambiental portuguesa tem vivido diferentes ciclos com avanços, recuos e períodos de ‘limbo’ prolongado.

Num breve balanço, podemos dizer que a emergência das questões ambientais nos debates e na vida social portuguesa se consolidaram sobretudo a partir de 1990. Antes disso, passou-se de uma época pós-revolução de 1974, dominada pelos valores da conquista dos direitos políticos, cívicos e sociais, para um período em que dominaram os valores de consumo com a adesão à União Europeia em meados de 1980. Na altura, sem legislação específica e sem visão estratégica, os impactos no ambiente foram frequentemente negativos, e os problemas agravaram-se mais depressa do que a própria consciência sobre eles. Contudo, logo no começo da viragem para a década de 1990, as questões ambientais ganharam

destaque, acompanhando um movimento internacional progressivamente projetado pelo seu reconhecimento público e político sobretudo devido ao problema das alterações climáticas.

Ao longo de todos estes anos, alguns problemas ambientais revelam, contudo, uma inquietante persistência na sociedade portuguesa: os grandes incêndios florestais; a ocupação do litoral e de solos agrícolas; a poluição dos rios... são problemas que nunca saem da agenda por nunca se chegarem a resolver. No que respeita às áreas protegidas e conservação da natureza, o processo de estagnação e até de retrocesso nos últimos anos tem sido lamentável, tal como o do ainda insistente desordenamento do território.

Já o setor da água melhorou muito nos últimos 15 anos, assim como o dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares, e o das energias renováveis. Mas, passadas mais de quatro décadas, muitos investimentos e centenas de diplomas legais, esperava-se uma melhor prestação em matéria ambiental.

A crise chamou uma atenção pública difusa para os valores ambientais enquanto bens comuns cuja fruição livre compensou muitas vezes as agruras da austeridade mas, ao mesmo tempo, novas ameaças de abusos destrutivos surgiram, argumentadas pelo suposto contributo que trariam às contas públicas.

Hoje tornou-se urgente mudar hábitos persistentes de “falta de transparência nos processos decisórios”, bem como voltar a investir numa “educação ambiental para a mudança” a que o Papa Francisco tão claramente apela.

Luísa Schmidt, Investigadora Principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Textos de Luísa Schmidt

CONFERÊNCIAS TERÇAS-FEIRAS DE 7 A 28 DE MARÇO 2017 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO